

FELIPE TAVARES PAES LOPES &
MARIANA PRIOLI CORDEIRO

FUTEBOL, VISIBILIDADE E PODER: LÓGICAS DA VIOLÊNCIA NOS ESPETÁCULOS FUTEBOLÍSTICOS

*LFÚTBOL, VISIBILIDAD Y PODER: LÓGICAS DE LA
VIOLENCIA EN LOS ESPECTÁCULOS DE FÚTBOL*

*FOOTBALL, VISIBILITY AND POWER: THE LOGICS
OF VIOLENCE IN FOOTBALL SPECTACLES*

Recebido em: 24 set. 2015

Aceito em: 01 fev. 2016

Felipe Tavares Paes Lopes: Universidade de Sorocaba (Sorocaba-SP, Brasil)
Doutor em Psicologia Social pela USP e pós-doutor em Sociologia do Esporte pela Unicamp. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UNISO.
Contato: lopesftp@gmail.com

Mariana Prioli Cordeiro: Universidade de São Paulo (São Paulo-SP, Brasil)
Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Pós-doutora-doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é docente do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP.
Contato: mpriolicordeiro@usp.br

ISSN (2236-8000)

cultura e mídia

RESUMO

Neste texto, buscamos discutir os vínculos entre poder e visibilidade na produção, transmissão e controle da violência no espetáculo futebolístico. Para tanto, apoiamos-nos em resultados de pesquisas anteriores. Nelas, adotamos diversos procedimentos metodológicos, tais como: revisão de literatura, entrevista individual, observação de tipo etnográfico e análise documental. Entre outras coisas, concluímos que os embates corporais entre torcedores é uma forma de buscar visibilidade dentro do campo das torcidas, que o modo através do qual os meios de comunicação têm visibilizado esses embates têm ajudado a amplificá-los e que as lógicas de administração da violência visam ao controle panóptico dos torcedores.

PALAVRAS-CHAVES: futebol; visibilidade; poder; violência; meios de comunicação.

RESUMEN

En este artículo, tratamos de analizar los vínculos entre poder y visibilidad en la producción, transmisión y control de la violencia en el espectáculo del fútbol. Para esto, hemos nos apoyado en los resultados de investigaciones previas. En tales investigaciones, hemos adoptado diversos procedimientos metodológicos, como la revisión de literatura, entrevistas individuales, observación etnográfica y análisis de documentos. Entre otras cosas, hemos concluido que los enfrentamientos corporales entre hinchas es una manera de conseguir visibilidad dentro del campo de las hinchadas, que la forma en que los medios de comunicación han visualizado esos enfrentamientos han contribuido para amplificarlos y que las lógicas de administración de la violencia buscan el control panóptico de los hinchas.

PALABRAS-CHAVES: fútbol; visibilidad; poder; violencia; medios de comunicación.

ABSTRACT

In this paper, we discussed the relationship between power and visibility in the production, transmission and control of violence in the football spectacle. Therefore, we referred to results of previous researches. In these researches, we adopted various methodological procedures, such as literature review, individual interviews, ethnographic observation and document analysis. Among other things, we concluded that the football fans fight each other to get visibility in the field of hooliganism; the media coverage of these fights contributes to amplify them and the logics of management of football violence aim at panoptic control of the football fans.

KEYWORDS: soccer; visibility; power; violence; media.

INTRODUÇÃO

Embora existam registros de violência dentro e fora dos estádios de futebol desde os primórdios do esporte, acredita-se, com frequência, que se trata de um fenômeno recente. Em parte, isto se deve à visibilidade dada a esse fenômeno pelos meios de comunicação ao longo dos anos. No Brasil, já no começo do século XX, a imprensa mostrava certa preocupação em relação às desordens e brigas envolvendo torcedores. De acordo com Malaia (2014: 69), “o *Correio da Manhã* foi taxativo no título de sua notícia em 1920: ‘As famílias começam a se afastar dos estádios: atritos em campos’”. Interessante notar aqui não apenas a presença da violência nas páginas dos jornais da época, mas também a do discurso, tão recorrente hoje em dia, de que as famílias foram afastadas dos estádios e de que o perfil do público mudou. Anos depois, na década de 1940, o diário esportivo carioca, *Jornal dos Sports*, promoveu ampla campanha pela moralização do futebol, defendendo o fim da impunidade e a imposição de punições exemplares (HOLLANDA, 2008).

No entanto, foi somente na década de 1980 que a violência no futebol passou a ganhar maior destaque no noticiário nacional. Na primeira metade da década, a violência abordada com maior frequência era aquela promovida pelos *hooligans* ingleses, que causavam temor por onde passavam. Já na segunda metade, começou-se a dar maior destaque à violência ocorrida no país (HOLLANDA, 2008). Em meados da década de 1990, essa violência entrou definitivamente para a agenda dos meios de comunicação – em especial, depois da chamada “batalha campal do Pacaembu”, quando torcedores do Palmeiras e do São Paulo invadiram o gramado e se enfrentaram violentamente, resultando na morte de um torcedor e numa centena de feridos (LOPES, 2012). Desde então, tem-se proposto uma série de medidas a fim de reduzir os casos de violência no futebol. Medidas que não têm conseguido reduzir o número de homicídios. Prova disto é que, de acordo com Murad (2013), entre 1999 e 2008, o Brasil foi o campeão mundial no número de mortes de torcedores.

Mas se tais medidas parecem ser ineficazes, a cobertura jornalística da violência no futebol tampouco tem contribuído para esclarecer sua lógica. Levados pelo horror de algumas cenas, os meios de comunicação têm simplificado a questão e argumentado, com frequência, que ela é sem sentido. Todavia, longe de ser irracional, a violência no futebol possui múltiplas causas culturais e sociais (ZUCAL, 2012). No Brasil, já existem algumas importantes pesquisas sobre o tema, que têm contribuído para a compreensão das lógicas dessa violência. Neste texto, buscaremos avançar nessa compreensão discutindo um aspecto ainda pouco explorado pela literatura pátria: os vínculos entre poder e visibilidade na produção, transmissão e controle da violência em questão.

Antes de entrarmos nessa discussão, é preciso destacar que entendemos que um ato pode ser definido como visível quando ele for realizado de tal modo que qualquer pessoa possa vê-lo. E, influenciados pelas reflexões de Foucault (2007, 2013), entendemos poder não como algo que alguém possui ou domina, mas como uma prática, uma ação, ou melhor, uma relação. Ou seja, partimos da premissa de que

[...] os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica ideia de que poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. (MACHADO, 2007, p. XIV).

Uma vez apresentados as noções de visibilidade e poder aqui utilizadas, cabe, agora, tecer alguns esclarecimentos metodológicos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para atingirmos o objetivo supracitado, adotamos diversos procedimentos metodológicos, tais como: revisão de literatura, entrevista individual, observação de tipo etnográfico e análise documental¹. A revisão de literatura é uma peça importante no trabalho científico e pode ter diferentes objetivos. O nosso foi, fundamentalmente, conhecer o que já se sabia sobre a referida violência, quais as principais lacunas e onde se encontram os principais entraves teóricos e metodológicos.

A revisão de literatura tem sido um procedimento contínuo e de longo prazo, realizado em bases de dados físicas e virtuais, tais como o Scielo (www.scielo.br), o banco de teses da Capes (<http://bancodeteses.capes.gov.br>), a biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a biblioteca da Universidade de São Paulo (USP) e o nosso arquivo pessoal. A partir dessa revisão, levantamos livros, artigos, dissertações e teses sobre a violência no futebol tanto na América Latina quanto na Europa, tendo como referência produções em língua portuguesa, inglesa e espanhola.

Já a entrevista qualitativa é um procedimento de produção de dados amplamente utilizado nas Ciências Sociais. Como escreveu Farr (apud GASKELL, 2008: 65), ela é “[...] essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou ponto de vistas sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”. Assim, a fim de mapear e compreender as diferentes perspectivas sobre a violência no futebol, realizamos entrevistas semiestruturadas com torcedores, jornalistas, dirigentes esportivos, assistentes sociais e acadêmicos brasileiros e estrangeiros. Os áudios dessas entrevistas foram gravados e transcritos na íntegra.

A observação de tipo etnográfico, por sua vez, permite-nos focar nas relações cotidianas. Aqui, ela se refere à nossa participação em reuniões e eventos organizados pelo Ministério do Esporte para debater o tema com operadores do direito, políticos, jornalistas e torcedores; a visitas a sedes de torcidas, projetos socioeducativos e estádios de futebol e a idas a jogos de futebol no Brasil e no exterior (Argentina, Espanha e Alemanha). Nessas ocasiões, buscamos estar atentos aos diferentes fenômenos que ocorrem no universo do futebol e fizemos anotações da forma mais detalhada possível em um diário de campo.

A análise documental, conforme explica a própria designação,

¹ Os resultados apresentados neste artigo são parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que vem sendo desenvolvido desde 2008. Dentro deste projeto, abordamos temas como: a transformação da violência no futebol em um problema social, políticas públicas de prevenção e controle da violência nos espetáculos futebolísticos, movimentos de contraposição ao “futebol moderno”, além, é claro, do tema central deste artigo: os vínculos entre poder e visibilidade na produção, transmissão e controle da violência no futebol.

“compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2009: 271). Nesta análise, trabalhamos com documentos de domínio público, ou seja, com produtos sociais tornados públicos. De acordo com Spink (1999), esses documentos possuem grande potencial de circulação de sentidos e de reestruturação dos espaços institucionalizados de interação. Além disto,

eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia, ou, no âmbito das redes sociais, pelos argumentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas. (SPINK, 1999: 136).

Os documentos de domínio público podem assumir diversas formas. No nosso caso, analisamos artigos e textos opinativos publicados na Folha de S.Paulo, em 2009 e 2010, bem como leis e documentos oficiais sobre segurança nos eventos esportivos no Brasil, Colômbia, Alemanha e Inglaterra. A opção por analisar esses três últimos países deve-se ao fato de seus projetos e programas de prevenção serem considerados referências mundiais. Uma vez esclarecidos os procedimentos metodológicos, comecemos nossa análise sobre as relações entre visibilidade, poder e violência no futebol.

A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: TORCIDAS DE FUTEBOL, VISIBILIDADE E PODER

O fenômeno da violência no futebol tem sido analisado através das mais diferentes lentes teóricas e ensejado controvérsias no debate sobre o assunto. Naturalmente, em poucas páginas, é impossível nos aprofundarmos nesse debate e apresentarmos todas essas controvérsias. Sendo assim, a discussão feita aqui será, obviamente, seletiva e enfocará apenas aqueles pontos que dizem respeito mais diretamente aos vínculos entre visibilidade e poder. Uma tese recorrente é que os torcedores envolvem-se em ações violentas para obter visibilidade pública. Seria um modo de sair do anonimato e obter algum tipo de reconhecimento, nem que através de ações habitualmente vistas como negativas. Na perspectiva de Mignon (*apud* ZUCAL, 2012: 138, tradução nossa), essas ações têm “como meta a aparição mediática dos jovens das classes populares, que excluídos de toda participação social fariam da violência nos estádios sua carta de apresentação à sociedade”. Não à toa, muitos deles guardam (e exibem orgulhosamente) fotografias de jornais que confirmam sua participação em brigas contra outros torcedores ou contra a polícia. De acordo com Zucal (2012), não se trata, todavia, de uma busca por visibilidade *per se*. Trata-se, na verdade, de uma forma buscar o reconhecimento de seus pares-concorrentes.

É importante destacarmos que, no universo de interações das torcidas de futebol (torcidas organizadas, *barras*, *ultras* e *hooligans*), esse reconhecimento se dá por meio de leis e troféus próprios. Por exemplo: roubar material de grupos adversários (como camisetas, bonés e bandeiras)

é uma prática que confere prestígio. Prova disto é que o material roubado costuma ser publicado nas redes sociais. O grupo que tem seu material roubado, por sua vez, costuma tentar recuperar esse material ou roubar da torcida que lhe roubou, ao invés de fazer um boletim de ocorrência.

Além do mais, o universo de interações das torcidas de futebol é um mundo dividido, em que há conflitos, concorrências, hostilidades. Trata-se de um espaço onde seus agentes são levados a fazer coisas que não fariam se os outros não existissem, tais como confeccionar um “bandeirão” alguns metros maior apenas para superar em tamanho o do rival. Trata-se, também, de um espaço fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento. Reconhece-se aquele que tem ampla capacidade de suportar a dor. De ter *aguante*, para utilizar a palavra consagrada em espanhol.

Ao pesquisar o contexto argentino, Zucal (2012) conclui que existem diversas formas de mostrar *aguante*: através das longas viagens para acompanhar o clube apoiado, através da ingestão de drogas ou de (altas) doses de bebida alcoólica e, principalmente, através da participação em combates corporais contra torcedores adversários ou contra a polícia. Não é por acaso que o ideal de corpo (masculino) nesse contexto seja um corpo robusto, gordo e marcado. Afinal, a robustez é percebida como uma poderosa arma em tais combates. Prova disto é que, para não parecer uma torcida fisicamente frágil, as lideranças das *barras* argentinas costumam arrancar os torcedores mais miúdos dos alambrados, permitindo apenas que os mais fortes fiquem dependurados. Por sua vez, o excesso de gordura opera como um signo da capacidade de aguentar a ingestão de grandes doses de cerveja e vinho. Inclusive, uma prática comum entre os integrantes das *barras* é a de levantar a camisa no meio da multidão, a fim de justamente mostrar suas grandes barrigas como sinal de sua virilidade. Já as cicatrizes são valorizadas porque constituem uma espécie de “prova viva” da participação em combates corporais. Quanto maiores, mais valorizadas elas são (ZUCAL, 2012).

Ter cicatrizes ou contar histórias sobre envolvimento em combates corporais, todavia, não são suficientes para provar a posse de *aguante*. Para tanto, é preciso participar de tais combates diante de seus pares, ou seja, tal participação é uma forma de expressar *aguante* dentro das torcidas. Trata-se de dar visibilidade à sua capacidade de subjugar, conquistar ou resistir a um oponente a fim de obter *status* dentro desse universo.

A TRANSMISSÃO DA VIOLÊNCIA: MEIOS DE COMUNICAÇÃO, VISIBILIDADE E PODER

Embora não seja a busca pela visibilidade *per se* que motive a violência no futebol, a visibilidade pública conferida a ela pelos meios de comunicação a impacta profundamente. Neste ponto, o contexto inglês é bastante ilustrativo. Conforme indicam Dunning, Murphy e Willians (1994), no final da década de 1950, com a “crise moral” que afetava os jovens da classe trabalhadora, a imprensa inglesa passou a abordar com mais frequência as desordens e os atos de violência promovidos pelos *hooligans*, ampliando significativamente o número de matérias sobre eles. A partir da Copa do Mundo da Inglaterra, em 1966, o hooliganismo entrou definitivamente para a agenda dos meios de comunicação. Neste período,

os *hooligans* começaram a ser tratados pelos jornais de seu país como uma séria ameaça para a reputação internacional da Inglaterra.

Assim, preocupados com o (mau) comportamento dos *hooligans*, os jornais ingleses começaram a enviar repórteres aos estádios para observar e relatar o comportamento desses torcedores. Com isto, amplificaram significativamente os registros de episódios de violência. Esta amplificação, aliada à abordagem sensacionalista dada pela imprensa à questão, reforçou a ideia de que os estádios eram lugares inseguros, onde a barbárie reinava. Um dos principais efeitos dessa ideia foi que ela atraiu ainda mais torcedores violentos aos estádios, estimulando e moldando o fenômeno do hooliganismo. Hoje em dia, todavia, a fim de reverter esse processo, dá-se menos visibilidade aos atos de desordens e violência entre torcedores. Procura-se, por exemplo, não exibir invasões de campo. Não à toa, para autores como Dunning (2014), enquanto o referido fenômeno parecia ser sobre-estimado décadas atrás; hoje em dia, parece estar subestimado.

Ao analisarem o contexto alemão, Dwetmann e Rigauer (2002) fazem observações semelhantes. De acordo com eles, na década de 1970, ocorreu uma mudança no discurso público sobre os confrontos envolvendo torcedores de futebol. Neste período, a imprensa alemã passou a produzir, massivamente, matérias que os reprovavam. Essa mudança discursiva serviu para lhes dar maior visibilidade e para legitimar uma série de medidas repressivas. Para os autores, no entanto, ela não se deveu a uma suposta ausência de desordens e brigas em períodos anteriores. Afinal, embora a violência no futebol alemão tenha se fortalecido qualitativamente na década de 1970 – devido, principalmente, ao surgimento das primeiras “firmas” alemãs de *hooligans* –, ela já existia há tempos. Nos anos 1950, por exemplo, eram comuns brigas antes dos jogos, a intervenção de torcedores no andamento das partidas e agressões aos árbitros. Sendo assim, tal mudança seria, na verdade, uma decorrência do fortalecimento da rejeição da sociedade alemã ao uso da violência no dia-a-dia. Seria, em outras palavras, uma decorrência do estabelecimento de uma outra norma – norma esta que coloca o torcedor violento na condição de desviante.

Aqui, é importante destacar que a palavra *norma*, etimologicamente, significa esquadro, enquanto que *normalis* (ou normal) significa perpendicular. Nesse sentido, tudo o que desvia para a direita ou para a esquerda seria considerado anormal. Segundo Lalande (1999), esse desvio pode ter diferentes origens: pode referir-se a uma essência ideal em seu aspecto ontológico (ocorrendo quando a pessoa não atinge as expectativas que a sociedade possui a seu respeito); pode também se referir a critérios estatísticos (fazendo com que aqueles que não fazem parte da maioria sejam colocados na condição de desviantes) ou, ainda, pode se associar a uma perspectiva evolucionista, na qual os atributos de normalidade ou anormalidade fazem referência às características de determinada fase do desenvolvimento.

Foucault (2002) chama a nossa atenção para o fato de que a norma, além de ser uma medida comum que distingue o normal do anormal, envolve relações de poder, determinando formas de agir e de pensar. É a partir da norma que o indivíduo se mede, se avalia, se identifica como igual e, ao mesmo tempo, como diferente daqueles que constituem seu grupo de origem. Isso ocorre pois, numa lógica normativa, só é possível comparar

um indivíduo com seus semelhantes. Desse modo, ao tornar os indivíduos comparáveis, a norma os igualiza. No entanto, ela também os desigualiza, na medida em que estabelece desvios e disparidades. Nesse sentido, para o autor, a noção de norma não se refere apenas ao princípio de distribuição dos objetos e sujeitos nos campos do normal e do anormal, mas, também, à ação por meio da qual são construídos tais objetos e sujeitos. Assim, a norma passa a ser pensada como verbo, como mecanismo de intervenção do poder, como mecanismo de normalização.

No Brasil, foi principalmente a partir da década de 1980 que passamos a observar esse tipo de processo de normalização no universo do futebol, quando alguns grupos de torcedores (aqueles considerados violentos) passaram a ser sistematicamente colocados na condição de desviantes. Nesse período, os meios de comunicação de massa começaram a dar enorme visibilidade pública aos confrontos violentos entre torcedores, dentro e fora do país, revestindo os estádios com a imagem do perigo e da barbárie. Imagem que permanece até hoje.

Não à toa, uma metáfora habitualmente observada nesses meios é a da guerra (LOPES, 2012; 2013), tal como ilustram os seguintes excertos retirados de textos publicados na Folha de S.Paulo: “a única medida prática após a *guerra* entre a polícia e a torcida do Corinthians, domingo passado, foi a indicação do promotor Arnaldo Hossepian Júnior para apurar o que houve no Morumbi” (COELHO, 2009, s/p, grifo nosso); “O governador fluminense, Sérgio Cabral, gosta de futebol, é vascaíno militante e desconhece que o Maracanã é uma *praça de guerra*.” (KFOURI, s/p, grifo nosso). Outra metáfora recorrente é a biológica, que identifica os torcedores tidos como violentos em termos de ações animais e/ou patológicas, ou seja, como corpos estranhos que deveriam ser extraídos do corpo social (LOPES, 2012; 2013). O trecho a seguir, também retirado de um texto publicado na Folha de S.Paulo, é emblemático: “com a mudança na lei e na atitude da Justiça e da polícia, as organizadas terão de se civilizar na marra, incorporando-se à sociedade e deixando de ser as aterrorizantes *excrescências* que se transformaram” (COUTO, 2010, s/d, grifo nosso).

É importante notar que ambas as metáforas – a da guerra e a biológica – ajudam a criar uma polarização simbólica entre um “nós”, sociedade, e um “eles”, torcedores (supostamente) violentos. Entre os normais e os anormais. Os “anormais”, todavia, não são quaisquer torcedores. De forma geral, para os meios de comunicação, os protagonistas das cenas de violência no futebol brasileiro são os torcedores organizados (LOPES, 2012; 2013) – embora haja pesquisa indicando que apenas uma pequena minoria desses torcedores (entre 5 e 7%) se envolva em tais cenas (MURAD, 2007). Ao mesmo tempo em que jogam luz nos conflitos violentos entre (alguns) desses torcedores, esses meios costumam obscurecer as outras dimensões das torcidas organizadas, deixando na penumbra o fato de essas torcidas serem fontes de identidade, socialização, lazer e participação social para milhões de jovens brasileiros (LOPES, 2012; 2013). Ou ainda, ignorando suas tentativas de abrir diálogo com o poder público e de aproximar grupos com histórico de rivalidade violenta. Por exemplo: embora estratégias para a transformação pacífica dos conflitos entre os referidos grupos, as ações de mediação realizadas pela Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil (ANATORG) praticamente não têm tido repercussão midiática.

Ao noticiar quase exclusivamente suas ações violentas, os meios de comunicação contribuem para estigmatizar os torcedores organizados. Eles dão visibilidade a um atributo extremamente depreciativo, que desqualifica e desumaniza aqueles que o portam. Com isso, transformam a complexidade das relações e processos identitários das torcidas organizadas na simplicidade da maldade generalizada. De acordo com Goffman (1988), o termo estigma começa a ser usado pelos gregos para falar de sinais corporais com os quais se procurava colocar em evidência algo

extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 1998: 11).

Hoje, não são mais cortes e queimaduras que marcam os indesejáveis. Mas camisetas, bonés, bandeiras. Marcas que, como todo estigma, produzem descrédito, desconfiança, exclusão. São, portanto, marcas que autorizam o controle generalizado (e, muitas vezes, abusivo) desses grupos. Que desvalorizam sua cultura e suas reivindicações.

Neste ponto, é ilustrativa a reação negativa da imprensa ao cadastramento nacional dos torcedores – proposto, em 2009, pelo Ministério do Esporte. A Folha de S.Paulo (2009, s/p), por exemplo, argumentou, no seu editorial, que ele invertia a lógica, fichando-se todos os torcedores ao invés de fichar apenas os violentos. No entanto, atualmente, no estado de São Paulo, os torcedores organizados, para entrarem com qualquer peça que faça referência à sua torcida, precisam estar cadastrados na Federação Paulista de Futebol (FPF). Esta medida, muito similar à anterior, não tem suscitado, contudo, a mesma indignação da Folha de S.Paulo nem da mídia em geral. Pelo contrário, nas raras ocasiões em que é abordada pelos meios de comunicação, ela costuma ser aplaudida, ou seja, o que é visto como inaceitável para a coletividade torcedora é visto com naturalidade para os torcedores organizados (LOPES, 2012).

Além de autorizar o controle social dos torcedores organizados, o processo de desumanização desses torcedores tem contribuído para minar seu poder de resistência ao processo de elitização do futebol. Hoje em dia, eles são os grandes protagonistas na luta contra esse processo. Entre outras coisas, têm reivindicado a diminuição do valor do preço dos ingressos e a manutenção de uma cultura popular de torcer. No entanto, o descrédito estabelecido em relação à sua imagem tem feito com que eles sejam, sistematicamente, excluídos dos processos decisórios do futebol profissional. Assim, ao não serem consultados, suas demandas deixam, evidentemente, de serem atendidas (LOPES, 2012).

Mas é importante observarmos que, se por um lado, o pertencimento a uma torcida organizada pode ser estigmatizante; por outro, ele propicia um importante processo de socialização e de constituição de identidade. Dentro do fervilhar das arquibancadas, camisetas, bonés e bandeiras de uma torcida não são marcas degradantes ou desumanizadoras, mas símbolos de pertencimento grupal. São marcas que invertem a relação entre “nós” e “eles”, que fazem com que o “outro” seja a polícia, os dirigentes, o “povão”. São

² Para Canguilhen (1990), o termo “normatividade” faz referência à capacidade de instituir novas normas. Nesse sentido, a atividade normativa se dá quando o “homem” sente-se mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas também normativo, capaz de seguir e criar novas normas de vida.

marcas que, em última instância, invertem lógicas normativas e propiciam outras relações de poder. Que ativam a potencia da normatividade² da vida, recusando os padrões impostos pela sociedade e criando novos padrões de para si (CANGUILHEN, 1990).

O CONTROLE DA VIOLÊNCIA: POLÍTICAS DE SEGURANÇA, VISIBILIDADE E PODER

A caracterização das relações entre visibilidade e poder não é apenas fundamental para a compreensão das lógicas de produção e transmissão da violência no futebol, mas, também, para o entendimento das lógicas de administração e controle dessa violência. Lógicas que lembram a figura arquitetônica do Panóptico, analisada por Foucault (1975/2013: 190). De acordo com o autor, o princípio de tal figura é o seguinte:

na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas; cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Nesse modelo de vigilância, o prisioneiro não consegue ver se há ou não um guarda na torre. Desse modo, deve comportar-se como se a vigilância fosse contínua, infinita e absoluta. Deve tornar-se seu próprio guardião. “A perfeição arquitetônica é tal que, mesmo que o guarda não esteja presente, o aparelho de poder continua a funcionar.” (DREYFUS; RABINOW, 1982/2013, p. 248). Trata-se, portanto, de uma forma de poder constante, disciplinar e anônima. Uma forma de poder que pode ser operada por qualquer pessoa, desde que esteja em posição de fazê-lo, e que pode sujeitar qualquer um a seus mecanismos.

Desde as análises feitas por Foucault (1975/2013), esse modelo de vigilância tem sido utilizado como uma metáfora recorrente para falar de técnicas modernas de controle social, já que, cada vez mais, as pessoas estariam submetidas a um estado permanente de visibilidade. Evidentemente, não é nosso objetivo aqui discutir se a noção de Panóptico fornece, de fato, um modelo de controle generalizável para a sociedade moderna, mas apenas indicar que esse mecanismo disciplinar se faz presente no espetáculo futebolístico, na medida em que o torcedor

é visto com suspeita, como um criminoso potencial, que deve ser isolado, individualizado e permanentemente vigiado.

Em nossas pesquisas de campo na Alemanha, por exemplo, fomos informados da presença constante de policiais à paisana, infiltrados nos grupos ultras e nas “firmas” de *hooligans*, a fim justamente de gerar a sensação nos integrantes desses grupos de estarem sempre sendo vigiados, mesmo sem ter certeza de que há, naquele momento, alguém os observando. Aliás, a Alemanha – assim como outros países europeus, tais como a França, a Bélgica, a Itália e o Reino Unido – adota um modelo polêmico de controle do hooliganismo, baseado no princípio da gestão atuarial do risco. Fundamentalmente, nesses países, um torcedor pode ser considerado *hooligan* não por aquilo que ele realmente fez, mas por aquilo que ele poderá fazer. Diante disto, como ocorre num processo de “contágio”, o convívio com grupos estigmatizados como perigosos (ultras e *hooligans*, no caso) pode gerar efeitos perniciosos, transformando um inocente em um delinquente potencial. Como diz o ditado: “diz-me com que andas e te direi quem és”. Não à toa, de acordo com Tsoukala (2014), o referido modelo inverte a lógica até então dominante do direito penal, já que descarta o princípio de presunção de inocência em favor de uma verdadeira pressuposição de culpa.

A fim de resistir a esse processo, torcedores têm adotado uma série de estratégias, tal como deslocar os embates para áreas afastadas dos estádios, longe dos olhares atentos dos agentes de segurança. Inclusive, atualmente, muitos desses embates ocorrem em dias em que não há jogos, ou seja, em um quadro desligado do contexto esportivo (TSOUKALA, 2014). Na Inglaterra, desde o início dos anos 1980, os *hooligans* substituíram o velho visual *skinhead* (cabelos raspados, botas *Doctor Marten*, diversos cachecóis etc.) por um estilo mais “casual”, que dispensa as cores dos clubes³. Com isto, buscavam (e ainda buscam) se tornar “invisíveis” no meio da multidão e escapar do controle da polícia (GIULIANOTTI, 2002), a fim de evitar o confronto com ela.

Desde o começo do século XXI, entretanto, especialistas holandeses têm rejeitado a lógica da confrontação e desenvolvido uma nova abordagem de gestão da violência nos espetáculos esportivos. Afinal, eles perceberam que, nos torneios internacionais, a maior parte dos tumultos e brigas não é premeditada, mas desencadeada por fatores emocionais ou falhas organizacionais – tais como demora nas filas de entrada, falta de conforto nos estádios e ausência de informações práticas. Esses fatores e essas falhas

[...] influenciam no comportamento de um público *a priori* pacífico e com respeito à lei, mas muito responsivo a qualquer forma de desrespeito a ele. Partindo do pressuposto de que a criação de um ambiente positivo incitaria este público a se comportar de forma não violenta, esta nova abordagem se estruturou em torno da sociabilidade e da fraca visibilidade das forças de ordem no espaço público (TSOUKALA, 2014: 30-31).

É interessante salientar aqui que essa nova abordagem segue, em certo sentido, na contramão da chamada “política de tolerância zero”, defendida por muitos especialistas brasileiros e base do principal relatório da Comissão Paz no Esporte⁴, dos ministérios do Esporte e da Justiça, que tem

³ Esse estilo contrasta com o dos torcedores organizados brasileiros, que, conforme já foi antecipado, costumam utilizar roupas (camisetas, bonés, jaquetas, calças etc.) com símbolos que identificam suas torcidas.

⁴ Nome fantasia da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos (CONSEGUE).

como finalidade apoiar e acompanhar a implantação da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos. Embora tal relatório recomende que a polícia evite ostentar armamento pesado e utilizar roupas e símbolos que evoquem agressividade, ele defende “tolerância zero” com os delitos menores, pois eles serviriam de estímulo para outros mais graves (KLEIN, 2005/2006). Todavia, é preciso observar aqui que a ampliação do teto de tolerância em relação a esses delitos, proposto pela abordagem holandesa, só é possível na medida em que se apoia sobre os mesmos modos de controle previstos no modelo supramencionado de controle do hooliganismo. “Na verdade, ele se baseia sobre uma distinção prévia do público a controlar entre causadores de problemas, conhecidos e potenciais, e espectadores normais” (TSOUKALA, 2014: 31).

Assim como na Europa, no Brasil, uma série de medidas que visam o controle panóptico dos torcedores também tem sido adotada. Por exemplo: há mais de trinta anos, as torcidas adversárias são separadas nas arquibancadas, chegam por vias diferentes e entram por diferentes portões. No estádio, além de não poderem circular livremente pelos diversos setores, são segmentadas por grades, cordões de isolamento e barreiras de policiais, que funcionam como um elemento inibidor. Outra medida que também vem sendo adotada há muito tempo nos estádios brasileiros é a revista antes da entrada. Esta é feita pela Polícia Militar e visa apreender materiais considerados perigosos. Também é feito pela Polícia Militar um controle na parte externa do estádio a fim de impedir a entrada de torcedores sem ingresso.

Além disso, o monitoramento do público por imagem está previsto no Estatuto de Defesa do Torcedor. Segundo a redação dada pela Lei 12.299/10 (BRASIL, 2010), “os estádios com capacidade superior a dez mil pessoas deverão manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente”. A fim de se evitar a formação de massas compactas e fervilhantes, também se tem reduzido ou, até mesmo, eliminado os setores de pé, que têm ganhado assentos. Essa medida tem suscitado muitas críticas, pois tais setores são vistos pelos torcedores como a garantia para uma atmosfera vibrante, aberta e atrativa nos estádios. Diante de tais transformações nos espetáculos futebolísticos, Giulianotti (2002) defende que, mais do que um espaço de interação, o futebol tem se transformado num evento para se olhar, onde a liberação da emoção intensa tem sido rigidamente combatida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, discutimos os vínculos entre poder e visibilidade na produção, transmissão e controle da violência no futebol. Entre outras coisas, mostramos que os embates corporais entre torcedores buscam dar visibilidade ao seu *aguante* dentro das torcidas. Também mostramos que o modo através do qual os meios de comunicação têm visibilizado esses confrontos têm ajudado a amplificá-los, como ocorreu na Inglaterra. Além disso, indicamos que, aqui no Brasil, o tratamento midiático desses confrontos tem legitimado o controle social das torcidas organizadas e dificultado seu poder de resistência ao processo de elitização do futebol.

Por último, mostramos que a administração da violência nos espetáculos futebolísticos articula poder e visibilidade na medida em que esses espetáculos operam como Panópticos.

Mas se o modelo Panóptico de segurança reforça o exercício do poder dos agentes do Estado sobre os torcedores ao submeter estes últimos a um estado permanente de vigilância, esse modelo também pode ser usado para controlar tais agentes, indicando que, onde há poder, há resistência, para falarmos como Foucault. Na Alemanha, por exemplo, existe uma campanha por parte de alguns jovens torcedores para que os policiais usem identificação. Essa campanha, obviamente, não é muito bem recebida pela polícia, que costuma considerar esses jovens insolentes. No entanto, conforme observa Gabriel (2013), para os defensores de uma democracia viva e vivida, esse tipo de campanha só pode ser considerado bem vindo. Afinal, neste caso específico, a visibilidade parece operar como um instrumento poderoso contra a opressão e violência policial.

Igualmente bem-vinda é a reflexão acerca do papel dos meios de comunicação na mediação dos conflitos sociais existentes no universo do futebol. Assim, finalizamos este texto observando que, para que esses conflitos sejam transformados de forma criativa e pacífica, é fundamental que tais meios promovam a empatia e a compreensão mútua. Para tanto, faz-se necessário, entre outras coisas, que adotem uma retórica menos belicosa na abordagem do futebol, não colocando, assim, mais “lenha na fogueira”. Também se faz necessário que “deem voz” aos mais diferentes atores sociais, e não apenas aos membros das elites. É preciso, portanto, que as demandas e os objetivos dos grupos habitualmente excluídos das posições de poder – como as torcidas organizadas – sejam abordados. Da mesma forma, é preciso que sejam mostradas suas iniciativas para a solução dos referidos conflitos. Além disso, é preciso que a produção jornalística sobre eles se oriente por princípios éticos que evitem a estigmatização das referidas torcidas, atentando-se, por exemplo, para o fato de que a maioria dos seus integrantes não é delinquente. Caso contrário, seguiremos com a produção de diagnósticos muito parciais e, conseqüentemente, superficiais da situação desses conflitos.

Obviamente, estamos cientes de que, em determinados momentos, os interesses de alguns veículos de comunicação colidem frontalmente com os interesses de outros atores sociais, como os frequentadores de estádio. É muito improvável, por exemplo, que a emissora detentora dos direitos de transmissão dos jogos de futebol dos principais campeonatos estaduais e nacionais – a Rede Globo – venha a dar visibilidade às dificuldades enfrentadas pelo torcedor na volta para a casa nos jogos das 22h00, marcados neste horário por conta da sua grade de programação. Por esta razão, consideramos que uma análise mais aprofundada sobre o papel dos meios de comunicação na mediação dos conflitos existentes no universo do futebol não pode dispensar a reflexão crítica sobre a atual estrutura institucional das organizações da mídia no país, muito menos perder de vista a necessidade de se criar novos mecanismos (inclusive legais) que facilitem a transformação e democratização dessa estrutura, de tal modo que a pluralidade dos pontos de vista seja garantida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n o 12.299, de 27 de julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.

CANGUILHEN, Georges. O normal e o patológico. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1990.

COELHO, Paulo Vinícius. Os bandidos estão vencendo. Folha de S.Paulo. 22/02/2009. Esporte. s/p. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2202200922.htm>. Acesso em: 09/12/2015.

COUTO, José Geraldo. Barbárie e cidadania. Folha de S.Paulo. 27/02/2010. Esporte. s/p. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2702201006.htm>. Acesso em: 09/12/2015.

DELAMONT, Sara. Ethnography and participant observation. In: SEALE, Clive.; GOBO, Giampietro; GUBRIUM, Jaber F.; SILVERMAN, David. (Eds.). Qualitative Research Practice. Londres: Sage, 2005. p. 217-229.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. (1982). Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUNNING, Eric. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios. São Paulo: Annablume, 2014

DUNNING, Eric; MURPHY, Patrick.; WILLIAMS, John. O futebol no banco dos réus. Oeiras: Celta Editora, 1994.

DWERTMANN, Hubert; RIGAUER, Bero. Football hooliganism in Germany: a developmental sociological study. In: DUNNING, Eric; MURPHY, Patrick; WADDINGTON, Ivan; ASTRINAKIS, Antonio E. (Editors). Fighting Fans: Football Hooliganism as a World Phenomenon. Dublin: University College Dublin Press, 2002, p. 75-87.

FOLHA DE S.PAULO. Todos fichados. Folha de S.Paulo. 15/03/2009. Editorial. s/p. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1503200902.htm>. Acesso em: 09/12/2015.

FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes: 2002.

_____. (1975). Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis: Vozes: 2013.

GABRIEL, Michael. 20 years of KOS 20 of advice, dialogue and networking. In: GABRIEL, Michael; SELMER, Nicole; THALER, Heidi. (Ed.). Fan work 2.0. Future challenges for the pedagogical work with football fans. Frankfurt; Main: Imprenta, Obertshausen; 2013, p. 27-40.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. 7 Ed. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89.

GIULIANOTTI, Richard. Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

KFOURI, Juca. De quem é a culpa? Folha de S.Paulo. 19/02/2009. Esporte. s/p. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1902200916.htm>. Acesso em: 09/12/2015.

KLEIN, Marco Aurélio. Preservar o espetáculo garantindo a segurança e o direito à cidadania: relatório final da fase I da Comissão Paz no Esporte. Brasília: Ministério do Esporte e Ministério da Justiça, 2005/2006.

LALANDE, André. Vocabulários técnico e crítico da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOPES, Felipe T. P. Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social. 2012. 589f. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2012.

LOPES, Felipe T. P. Dimensões ideológicas do debate público acerca da violência no futebol brasileiro. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. 27. 04. Out./ dez. de 2013, p. 597-612.

MALAIA, João M. C. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910-1950. In: HOLLANDA, Bernardo B. B.; MALAIA, João M. C.; TOLEDO, Luiz Henrique; MELO, Victor A. A torcida brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 53-85.

MACHADO, Roberto. (1979). Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 23 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

MOREIRA, Verónica. “Así cualquiera tiene aguante, de fierro tiene aguante todo el mundo”: disputas morales sobre las prácticas violentas en el fútbol. In: ZUCAL, J. G. (Comp.) Violencia en el fútbol: investigaciones sociales y fracasos políticos. Buenos Aires: EGodot, 2013, p. 41-68.

MURAD, Mauricio. A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. Práticas de violência e mortes de torcedores no futebol brasileiro. Revista USP. 99. Set./out./nov. de 2013, p. 139-152.

SPINK, Peter. A análise de documentos de domínio público. In: SPINK,

Mary Jane. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92.

TSOUKALA, Anastassia. Administrar a violência nos estádios da Europa: quais racionalidades? In: HOLLANDA, Bernardo B.; REIS, Heloisa H. B. (Orgs). Hooliganismo e Copa de 2014. Rio de Janeiro: 7 Letras; 2014, p. 21-36.

ZUCAL, José G. Nosotros nos peleamos: violencia e identidad de una hinchada de fútbol. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012.